

Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)

# A Produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas 2



 **Atena**  
Editora  
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)

# A Produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas 2

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Natália Sandrini e Lorena Prestes

**Revisão:** Os autores

### **Conselho Editorial**

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P964 A produção do conhecimento nas ciências sociais aplicadas 2 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A produção do conhecimento nas ciências sociais aplicadas; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-293-7

DOI 10.22533/at.ed.937192604

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Ciências sociais – Pesquisa – Brasil. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.

CDD 307

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Os textos são um convite a leitura e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, particulares e públicas, federais e estaduais, distribuídas entre vários estados, socializando o acesso a estes importantes resultados de pesquisas.

Os artigos foram organizados e distribuídos nos 5 volumes que compõe esta coleção, que tem por objetivo, apresentar resultados de pesquisas que envolvam a investigação científica na área das Ciências Sociais Aplicadas, sobretudo, que envolvam particularmente pesquisas em Administração e Urbanismo, Ciências Contábeis, Ciência da Informação, Direito, Planejamento Rural e Urbano e Serviço Social.

Neste 2º volume, reuni o total de 24 artigos que dialogam com o leitor sobre temas que envolvem direito e educação, direito social, currículo escolar, desafios gerenciais, gestão de segurança, trabalho e saúde, relatos de experiência, tecnologias, homofobia, educação especial e “jovens rurais”. São temas diversos que propõe um olhar mais amplo dentro das possibilidades das Ciências Sociais Aplicadas.

Assim fechamos este 2º volume do livro “A produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas” e esperamos poder contribuir com o campo acadêmico e científico, trabalhando sempre para a disseminação do conhecimento científico.

Boa leitura!

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A EDUCAÇÃO PERMANENTE DOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL À LUZ DA NORMA OPERACIONAL BÁSICA DE RECURSOS HUMANOS DO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Nilsen Aparecida Vieira Marcondes Elisa Maria Andrade Brisola Edna Maria Querido de Oliveira Chamon	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9371926041</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>21</b>
A ESCOLA E A EDUCAÇÃO DE MENINAS NA PERSPECTIVA DE MARY DASCOMB	
Jamilly Nicácio Nicolete	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9371926042</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>34</b>
A PROMOÇÃO DO DIREITO SOCIAL À EDUCAÇÃO DECOLONIAL PELA ESCOLA DE SAMBA BEIJA FLOR DE NILÓPOLIS NO DESFILE DE 2018: CRÍTICA LITERÁRIA E SOCIAL	
Aline Lourenço de Ornel Andreia Lourenço de Ornel	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9371926043</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>49</b>
APONTAMENTOS SOBRE EDUCAÇÃO NO ATUAL CONTEXTO BRASILEIRO E O CURRÍCULO ESCOLAR	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Paulo Rennes Marçal Ribeiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9371926044</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>61</b>
CAPITAL INTELECTUAL COMO FATOR PARA OBTENÇÃO DE VANTAGENS COMPETITIVAS	
Danilson Costa do Nascimento Gilson Scholl Pires	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9371926045</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>69</b>
CURRÍCULO E RESISTÊNCIA: MEDITAÇÃO E PRÁTICAS ORIENTAIS NA ESCOLA	
Kátia Batista Martins Julia Salido Alves Paula Negreiros de Azeredo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9371926046</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>81</b>
DESAFIOS GERENCIAIS DO SISTEMA DE SAÚDE DA MARINHA CONSIDERANDO O NOVO REGIME FISCAL, O AUMENTO DA EXPECTATIVA DE VIDA E A VARIAÇÃO DE CUSTOS MÉDICO-HOSPITALARES	
Jefferson Davi Ferreira dos Santos Murilo Mac Cord Medina	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9371926047</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>100</b>
DESCOBRINDO A SI MESMO: COMO A IMAGEM CORPORAL CONTRIBUI PARA A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NA ADOLESCÊNCIA?	
Camila Ribeiro Menotti	
DOI 10.22533/at.ed.9371926048	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>106</b>
EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE NAS ESCOLAS EM PORTUGAL: ANÁLISE DOCUMENTAL SOBRE SUA TRAJETÓRIA E SUAS AÇÕES	
Ana Cláudia Bortolozzi Maia Teresa Vilaça	
DOI 10.22533/at.ed.9371926049	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>120</b>
FERRAMENTAS E TÉCNICAS DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS APLICADAS NA GESTÃO DA SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL	
Ana Lúcia Andrade Tomich Ottoni Altamir Fernandes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.93719260410	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>138</b>
GENERIFICAÇÃO PATRIARCAL: DISTINÇÃO E GÊNESE SÓCIO-HISTÓRICA DO CAMPO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	
Ana Tereza da Silva Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.93719260411	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>154</b>
JUVENTUDE, TRABALHO E EDUCAÇÃO	
Roseane de Aguiar Lisboa Narciso	
DOI 10.22533/at.ed.93719260412	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>166</b>
O CONSUMO DE STATUS E SUA RELAÇÃO COM A FELICIDADE SOB A ÓTICA DE ALUNOS DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	
Alexandre Cappellozza Glauco Carvalho Campos Maria da Conceição Medeiros Raquel Teixeira Vianna de Paula Rogério Teixeira de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.93719260413	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>179</b>
O CUIDADO INDIVIDUALIZADO AO PACIENTE HOMOSSEXUAL PORTADOR DA IMUNODEFICIÊNCIA HUMANA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Alexia Camargo Knapp de Moura Juliana de Paula Teixeira Karen Domingues Gonzales Lílian Moura de Lima Spagnolo	
DOI 10.22533/at.ed.93719260414	

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>194</b>
O IMPACTO DA GESTÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO NA SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL	
Paula Zanforlin Camargo	
Ana Beatriz Pereira	
Eliane Cristina de Antonio	
<b>DOI 10.22533/at.ed.93719260415</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>200</b>
O SILENCIAMENTO DA ESCOLA FRENTE A HOMOFOBIA	
Helder Júnio de Souza	
Adla Betsaida Martins Teixeira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.93719260416</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>213</b>
REFLEXÕES SOBRE A GESTÃO DEMOCRÁTICO-PARTICIPATIVA NA ESCOLA PÚBLICA	
Andrea Oliveira D'Almeida	
<b>DOI 10.22533/at.ed.93719260417</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>223</b>
REFLEXÕES SOBRE CIBERCULTURA E EDUCAÇÃO	
Ivan de Freitas Vasconcelos Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.93719260418</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>228</b>
ROUSSEAU: A CUMPLICIDADE ENTRE NATUREZA E PATRIARCADO NA EDUCAÇÃO DE SOFIA	
Letícia Machado Spinelli	
<b>DOI 10.22533/at.ed.93719260419</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>240</b>
TECNOLOGIAS MÓVEIS: OS IMPACTOS NA INTERAÇÃO SOCIAL E NO PROCESSO COMUNICACIONAL	
Briza Martins	
Guilherme Juliani de Carvalho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.93719260420</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>252</b>
TRANSFORMAÇÃO ORGANIZACIONAL EM INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PRIVADA COM O USO DA SOFT SYSTEM METHODOLOGY (SSM): RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Patricia Rodrigues Miziara Papa	
Valéria Tomas de Aquino Paracchini	
Dyjalma Antonio Bassoli	
Thiago Henrique de Moraes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.93719260421</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>268</b>
UM MODELO TÁTIL DA TABELA PERIÓDICA: O ENSINO DE QUÍMICA PARA ALUNOS CEGOS NUM CONTEXTO INCLUSIVO	
Sandra Franco-Patrocínio	
Jomara Mendes Fernandes	
Ivoni Freitas-Reis	
<b>DOI 10.22533/at.ed.93719260422</b>	

<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>278</b>
UMA EXPERIENCIA DE INTEGRAÇÃO ENTRE FACULDADE DE TECNOLOGIA E EMPRESA GERANDO PROJETOS DE MELHORIA NA FORMAÇÃO DO TECNOLOGO	
<a href="#">Anna Cristina Barbosa Dias de Carvalho</a> <a href="#">Luciano José Dantas</a> <a href="#">Fabio Conte</a> <a href="#">Elaine Cristine de Souza Luiz</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.93719260423</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>288</b>
VISIBILIDADE DE JOVENS RURAIS: “ACREDITO É NA RAPAZIADA”	
<a href="#">Ana Maria do Nascimento</a> <a href="#">Ercília Maria Braga de Olinda</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.93719260424</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>303</b>
O CONTRABANDO DE CIGARROS NA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI	
<a href="#">Amanda Caroline Schallenberger Schaurich</a> <a href="#">Andressa Braga da Silva</a> <a href="#">Graziele Aparecida Carneiro Wille</a> <a href="#">Lucimara Fátima de Macedo Savitraz</a> <a href="#">Carla Liliane Waldow Esquivel</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.93719260425</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>307</b>



## APONTAMENTOS SOBRE EDUCAÇÃO NO ATUAL CONTEXTO BRASILEIRO E O CURRÍCULO ESCOLAR

**Solange Aparecida de Souza Monteiro**  
**Paulo Rennes Marçal Ribeiro**

**RESUMO:** Este artigo é resultado de algumas análises e apontamentos de reflexões em torno da discussão sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Currículo Escolar. Propomo-nos identificar, nos discursos de alguns organismos oficiais e publicações em revistas científicas dos mais variados autores, o que dizem sobre a temática. Com base no filósofo Michel Foucault (1983, 2004), buscamos analisar os discursos em torno da construção do documento da BNCC nas falas dos autores (as). Quais sentidos encontrados nas produções analisadas são atribuídos à política curricular. E como se caracteriza a construção do documento. Quais sentidos encontrados nas produções analisadas são atribuídos à política curricular. Que pontos de tensão são assinaladas por esses sentidos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Base Nacional Comum Curricular, análise do discurso, Currículo.

### INTRODUÇÃO

Diante dos avanços e dos sinais de uma crise política no Brasil e por consequência na educação, torna-se crucial buscar debater

e discutir no sentido de estar-se atento e mostrar aos sujeitos a sua autonomia e de modos de existência, a ética, o respeito as individualidades pessoais em um mundo cada dia mais complexo. A educação como instrumento de resistência e de enfrentamento, aberto a reflexão, o questionamento às formas autoritárias de produção do tecido social. Desse modo, pesquisar o autoritarismo na educação por meio de metodologias que destoam do ambiente escolar disciplinado, transformados em corpos educados a exemplo os grupos de estudos independentes, as comunidades e suas características, as artes, a música etc., compreendendo formação cidadã como espaço de alteridade.

É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado, a docilidade, do corpo é objeto de investimentos tão imperiosos e urgentes, em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações.

A história da educação nos mostra que tudo isso está muito longe da verdade: a preocupação com o corpo sempre foi central no engendramento dos processos, das estratégias e das práticas pedagógicas. O disciplinamento dos corpos acompanhou, historicamente, o

disciplinamento das mentes. Todos os processos de escolarização sempre estiveram e ainda estão preocupados em vigiar, controlar, modelar, corrigir, construir os corpos de meninos e meninas, de jovens homens e mulheres.

Para Michel Foucault 1987, é possível perceber as inúmeras estratégias e técnicas inventadas para esquadrihar os corpos, para conhecê-los e escolarizá-los; para produzir gestos, posturas e movimentos educados, cristãos, civilizados, urbanizados, dóceis, para construir hábitos saudáveis, higiênicos, adequados e dignos. Na verdade, nos textos antigos é possível perceber, claramente, o quanto o corpo fala sobre a alma, o quanto ele está implicado e envolvido na sua construção e também na construção da inteligência, da razão, enfim, na construção do sujeito. Uma postura alinhada, que supõe muito mais do que uma forma de posicionar as costas ou os membros ao longo do corpo, ela é indicativa de uma retidão de caráter.

Em 2017, a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) instaurou a discussão em torno do papel do Estado na elaboração, implementação e regulação de uma proposta curricular nacional para a educação básica, suscitando posicionamentos favoráveis e contrários a centralização curricular via Ministério da Educação (MEC).

Foucault (2001) aborda que a linguagem, os discursos e as verdades são lugares de permanentes lutas, algo que progride no tempo. São procedimentos que permitem fazer circular o poder. Portanto, entender as trocas e os embates dispersivos entre os ditos e não ditos de um determinado objeto discursivo é uma maneira de entender e de alcançar os efeitos pensantes das superfícies que podem estar sendo ocultados para produzir modalidades de novos sujeitos, por isso conferir diversos ditos e não ditos sobre a Base Nacional Comum Curricular que entrecruzaram as operações semióticas desse sistema é um dos nossos objetivos.

Os defensores da centralização acreditam que o controle e a regulação dos currículos pelo Estado é uma estratégia importante para a garantia da qualidade do processo de ensino aprendizagem por meio da uniformização/padronização dos conteúdos escolares em contraposição a autonomia dos sistemas, das escolas e dos professores na definição do currículo escolar.

O texto da BNCC foi produzido em um contexto complexo no qual, diversos eventos e estratégias articulam-se: o golpe institucional contra a presidenta Dilma Rousseff, as tentativas de rápidas mudanças em legislações relacionadas à educação e a outras esferas sociais, como do trabalho e previdência social; as pressões do movimento “Escola sem Partido”, o claro afastamento de especialistas ao longo do processo de elaboração da BNCC, as pressões de setores do governo Temer, para que a Base seja legitimada pelo Congresso Nacional, ao invés do Conselho Nacional de Educação.

## APONTAMENTOS CONTRÁRIOS À IMPLANTAÇÃO DA BNCC

Em outubro de 2013 houve um evento em Campinas, São Paulo - Brasil. Desta vez, o foco da conferência foi especificamente sobre o desenvolvimento de padrões comuns de currículo.

Susan Pimentel, da Student Achievement Partners, além de Francisco Soares (atual presidente do INEP, foi a principal autora do Núcleo Comum de Alfabetização e do vice-presidente do Conselho Administrativo de Avaliação Nacional que aconselha sobre o Avaliação do Progresso Educacional (NAEP), o relatório nacional dos EUA cartão. Michael Cohen é o presidente da Achieve Inc., uma organização sem fins lucrativos financiado pela Fundação Gates e pelo governo federal dos EUA. Conseguir defender o Currículo Básico Comum e participou de seu processo de redação e, posteriormente, elaborou testes padronizados e consultoria alinhada com o Common Core. Complementarmente, No dia seguinte, outro seminário foi realizado em São Paulo, organizado por CONSED e apoiada pela Fundação Lemann, realizada no Insper (um instituição de ensino superior) com o estudioso Michael Young, de Inglaterra, como principal orador.

Classificamos, aqui, as produções que se posicionaram não favoráveis a implantação da Base Nacional Curricular Comum, por considera-la como: práticas de influência e controle na tentativa de homogeneidade; política neoliberal; vinculada à políticas de avaliação; instrumento de regulação; reprodução da experiência internacional e atendendo aos interesses políticos e econômicos internacionais e a formulação deixou-se impregnar por setores empresariais que, com superficialidade, defendem que o principal problema da educação brasileira é de fundamento gerencial.

A BNCC torna desafiadora para o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa dos estudantes e professores, na medida em que os saberes desses atores são excluídos do processo de ensino e de aprendizagem, no âmbito do currículo.

Um aspecto importante a ser levantado é que a BNCC traz a concepção de currículo neutro, algo que não é possível. O que se percebe é que essa noção associada àquela de Educação tecnicista e manufatureira, em que se promove a segmentação e setorização dos saberes na formação dos professores, desaguando na construção de mentalidades fragmentárias, sem noção da totalidade.

Para Peters (2000) chama este movimento de pensamento pós estrutural, “questiona o cientificismo das ciências” e adota “uma posição antifundacionalista em termos epistemológicos” (p. 39). Além disso, é possível perceber o questionamento das questões de representação, característico da chamada filosofia da diferença, o que representa “uma enorme influência sobre as diversas análises das configurações políticas da contemporaneidade” (p. 41).

Os apontamentos dos autores nos mostram que, em alguns dos seus estudos, Santos 1996, p.19 traz questões voltadas ao conhecimento e à ciência. Ele entende que “quem aplica o conhecimento está fora da situação existencial em que incide a

aplicação e não é afetado por ela”. Também considera que, nessa aplicação, assume-se “uma única definição da realidade dada pelo grupo dominante e força-a, escamoteia os eventuais conflitos e silencia as definições alternativas”.

Machado e Lockmann, 2015, aborda o caráter pós-estrutural de análise e avaliando que o poder está dissipado em todo sistema social e relacionado intrinsecamente ao saber, algumas das produções deste grupo abarcam que a principal intensão da política da BNCC é no interesse da padronização das condutas dos indivíduos, no sentido de governá-los.

A organização escolar, o currículo escolar também é penetrado por relações de poder e dominação, refletidas em sua cultura e nos saberes que a alimentam, saberes permeados de ambiguidade, distantes da vida cotidiana, que dependem quase que exclusivamente da comunicação escrita e se adaptam mais comumente a procedimentos de avaliação formal

Desta forma, para os autores (as), a BNCC se mostra vulnerável, porque se propõe dominar algo que é puramente um movimento, coloca-se uma tentativa do controle curricular. Sendo assim a partir da perspectiva foucaultiana, produzem-se “corpos dóceis”, isto é, corpos obedientes e “bonzinhos”, que não contestam e que apenas se deixam instruir. Assim sendo, o modo de subjetivação capitalístico implica uma “tecnologia do corpo social” a biopolítica, uma modalidade de poder e de governo sobre as populações. Na busca em regular e controlar tanto o corpo-organismo como o corpo-espécie da população, o objeto por excelência do poder é a vida como um todo.

Para Foucault, 2008 assim, como a biopolítica é uma modalidade de poder e de governo sobre as populações: é a gestão da própria vida. “É um novo corpo: corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável. É a noção de ‘população”.

Compreende a capacidade de gerir a própria vida. Os sujeitos devem conseguir refletir sobre seus desejos e objetivos, aprendendo a se organizar, estabelecer metas, planejar e perseguir com determinação, esforço, autoconfiança e persistência seus projetos presentes e futuros. Inclui a compreensão do mundo do trabalho e seus impactos na sociedade, bem como das novas tendências e profissões.

Macedo (2015) aborda que os agentes políticos privados estão ávidos por incorporar vigorosamente à educação pública uma lógica empresarial contemporânea. A escola como empresa. Aliás, dentro dessa lógica, toda atividade humana organizada pode ser uma empresa. E uma empresa visa resultados e esses resultados devem ser medidos.

Em outros termos, esses grandes grupos econômicos desejam transpor à educação pública uma ideologia de produtividade e controle. Embora objetivos e avaliações devam ser assuntos caros à educação, incorporar uma lógica empresarial, que desconsidera o que não pode ser medido e dá centralidade aos resultados, pode ser altamente nocivo.

A intenção explícita para a população é que a discussão proposta pelo MEC sobre a BNCC é que ela teria como princípio aprofundar a interlocução entre o pensar e o fazer pedagógicos no cotidiano das escolas no tocante ao tema Ética e Educação, realizando estudos, levantamento das produções existentes na leituras sobre o tema, pesquisas, debates, trocas de relatos de experiências, discussões sobre os documentos oficiais e a BNCC, temáticas enfatizadas: conceitos de Ética, relações entre Ética, Educação e Escola, Educação Ambiental, Imagens, Conhecimento, Religião, Embora objetivos e avaliações devam ser assuntos caros à educação, incorporar uma lógica empresarial, que desconsidera o que não pode ser medido e dá centralidade aos resultados, pode ser altamente nocivo.

Macedo 2015, defende que a BNCC tem como modelo a experiência estadunidense do Núcleo Comum (*Common Core*), com centralidade nos objetivos e em padrões de avaliação. Por trás disso, há o que a Fundação Itaú Social chama de “paradigma de colaboração integrativa” entre o público e o privado que, mais que organização e produtividade, “visa à produção de uma narrativa hegemônica sobre o que é qualidade na educação e sobre como atingi-la”.

Agentes políticos privados estão sequiosos por incorporar robustamente à educação pública uma lógica empresarial contemporânea. A escola como empresa. Além do mais, dentro dessa lógica, toda atividade humana disposta pode ser uma empresa. E uma empresa visa bons resultados e esses resultados devem ser calculados.

E esses grandes grupos econômicos desejam instrumentalizar à educação pública uma ideologia de produtividade, racionalidade e controle. Ainda que os objetivos e as avaliações devam ser temas caros à educação, incorporar uma lógica empresarial, que não considera o que não pode ser ajustado e dá centralidade aos resultados.

Mais do que a especificidade do interesse de uma ou outra instituição, seja brasileira ou estrangeira, há uma força maior caracterizada pela transposição das lógicas empresariais aos bens públicos e pela política dos resultados, das metas.

Pode-se também tecer analogias entre a avidez por resultados e a atual política de democratização do ensino público no Brasil. Como escreveu Christian Dunker em recente artigo, trata-se de uma democratização precária, uma inclusão sem estruturas suficientes para a permanência qualitativamente significativa dos incluídos na escola. O objetivo são os números.

Uma democratização que desvia das diferenças múltiplas da expressão da sexualidade, dos fazeres, das etnias, favorecendo uma organização social mais intolerante que produz leis mais desiguais e estigmatizantes em uma sociedade de massas e plural.

Para Bhabha 2003, p.188 o autor salienta que, a partir da análise do contexto colonial que põe lado a lado, como campos opostos, culturas pré-constituídas, e, ao mesmo tempo, cria estratégias normalizantes, as quais, por meio de uma autoridade cultural, permitem generalizações, abre-se espaço para o movimento ambivalente,

que implica uma parcialidade na incorporação da cultura nativa e outra parte que é incognoscível, numa inscrição dupla que emerge como incerteza e abala a autoridade da cultura.

São experimentos de aprisionamento dos procedimentos de concepções e de produtos curriculares que advêm por meio de determinações oficiais de currículo para as escolas brasileiras, regularizado de maneira racional tecnológica, instrumental e conteudista.

Na tentativa de estabelecer outras conexões entre os discursos e pensamentos deste grupo, Santos propõe um projeto educativo que o denomina como emancipatório, ele discute sobre o papel do conhecimento científico para esse projeto. Para o autor, “todo conhecimento é uma prática social de conhecimento, ou seja, só existe na medida em que é protagonizado e mobilizado por um grupo social” (p. 17), que se estabelece num processo de conflitualidade.

Pereira e Oliveira 2015, abordam que a proposta da BNCC valoriza determinados conhecimentos em detrimento de toda uma pluralidade existente, pois subtrai determinados saberes e culturas, legitimando e validando a produção hegemônica monocultural nesse caso, das lógicas interiorizadas de valores da economia e do mercado, mas também de toda e qualquer diferença étnica/cultural que não corresponda à cultura dominante.

A reforma da educação se alia, indistintamente e discursivamente, de diversas formas, ligadas a uma rede global de ideias políticas e formas de política. O Brasil está em uma questão particular em um continuum de mudança que faz interconecção e contrapõe a uma mudança global na forma e modalidades do estado e concomitante maneiras de governar diversamente, questionar as relações entre política, processo político e política democrática.

Gabriel 2015, a BNCC trata-se de um movimento de centralização curricular, na busca de uma cultura escolar comum, por meio de estratégias que fortalecem os discursos de nação que a significam como antagônica de pluralidade e discorrem ser a BNCC “um projeto de domínio de uma identidade, a ser moldada por um conhecimento legitimado socialmente e externo ao sujeito que só poderá se constituir como

A Mobilização para os Padrões Nacionais de Aprendizagem se descreve com um grupo para promover equidade e alinhar os elementos do sistema educacional no Brasil. Para o grupo, criar este currículo funcionará como “uma espinha dorsal para o direitos de aprendizagem de cada aluno, para formação de professores, para materiais de ensino e avaliações externas.

Em seus princípios eles afirmam que a deve ser focado nos conhecimentos, habilidades e valores essenciais; ser claro e objetivo; ser sustentado por evidências de pesquisa e ser obrigatório para todas as escolas e o país.

Em se tratando de currículo e suas inter-relações com a cultura explica que em um currículo multiculturalista a diferença, mais do que tolerada ou respeitada é colocada permanentemente em questão, portando nessa perspectiva, não existe nenhuma

posição transcendental, privilegiada, a partir da qual se possam definir certos valores ou instituições como universais.

Ball (2005), aborda que os trabalhos que deram destaque a subsídios discutidos quando analisa a cultura da performatividade, os efeitos da globalização e da política neoliberal para a educação, firmam que o documento é caracterizado como uma listagem de objetivos, pautados em dimensão regulatória e restritiva, que vai ao encontro de uma formação crítica e emancipatória. Salientamos ainda, a respeito do ciclo de políticas, a inclusão posterior, pelo próprio proponente (BALL, 1994), de dois outros contextos a serem considerados nas análises: o contexto de resultados e o contexto da estratégia política. A BNCC é entendida como uma política neoliberal, vinculada à política de avaliação, uma vez que se apresenta como referência para os sistemas de avaliação, manifestando a relação com o momento internacional de surgimento do modelo de “currículo nacional” e que por meio da proposta buscam-se padronizações curriculares globais.

Os recursos financeiros e recursos sociais estão sendo implantados para mudar a cenário da educação no Brasil e a experiência da educação em Escolas brasileiras. Em tais relações público-privadas opacas, torna-se desafiador, se não impossível, identificar precisamente o papel interpretados por diferentes atores políticos e responsabilizá-los. Por exemplo, embora concordemos com que a Fundação Lemann teve um importante papel na mobilização e na formulação da Base Nacional Curricular Comum não foi possível determinar o seu papel na agenda e sua construção de rede. Nesse sentido, há uma necessidade urgente de mais pesquisas que se concentram em novos sites, novos atores e novos processos de política além do próprio estado, e na verdade além do estado-nação, como educação pesquisa política, no Brasil e em outros lugares, geralmente continua focada sobre o próprio estado e os atores e processos políticos tradicionais.

A estrutura da BNCC para o Ensino Médio indica os componentes curriculares, formados apenas por Português e Matemática, sendo o restante organizado em áreas do conhecimento. Porém, os detalhes da proposta e organização ainda são desconhecidos. A partir da homologação, a revisão dos currículos nos estados e municípios tem como prazo máximo o ano letivo de 2020. No site “Movimento pela Base” já é possível consultar guias para gestores e professores sobre como interpretar e implementar a BNCC.

Para Palafox, 2015, a elaboração do documento da BNCC pauta-se no contexto político que elabora parâmetros e diretrizes, fundamentadas em orientações filosófico-pedagógicas para controlar as práticas dos profissionais da educação. Conclui que o projeto é nortado pelas “teorias científicas e orientações oriundas dos mais diversos organismos internacionais interessados, fundamentalmente, em manter e reproduzir o modo de produção capitalista do jeito que está”. Ferreira (2015) é então contundente em afirmar que não faz sentido um documento de BNCC em face dos documentos existentes que já corporificam uma base.

Lima Verde (2015) ,faz o questionamento em relação a ter atribuída à União a definição de conteúdos específicos, pois entende que, com base na Constituição Federal (1988) e na LDB (1996), a eleição de conteúdos curriculares específicos não é delegada a nenhuma instância. É somente conferida à União a normatização de competências, diretrizes e bases reguladoras da Educação Básica. Portanto, para a autora, o empenho dessas iniciativas está na intenção de garantir um currículo detalhado para cada série e disciplina da educação básica, intencionando incentivar uma visão neotecnista de educação, reduzindo assim o papel do professor como mero executor de estratégias que viabilizem a concretização daquilo que foi previamente selecionado para constituir o currículo.

A ANPED e a ABdC, 2015 ,apresentam algumas considerações acerca do seu posicionamento contrário ao documento de BNCC. A partir dos apontamentos expostos, separamos alguns pontos observados atribuídos à base curricular: lista de objetivos prioritariamente conteudinais, o sentido mercadológico que aponta para a tendência internacional, a centralização curricular, avaliação em larga escala e responsabilização.

As análises que apresentamos dão força ao argumento de que a Base ainda não é está encerrada. O que a literatura aponta como aspectos favoráveis à implantação da BNCC.

Neste grupo, apresentamos os textos que, embora apresentassem importantes críticas sobre o documento, se posicionaram a favor da BNCC. A principal justificativa se deu na possibilidade do documento promover justiça social, garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Assim como também a BNCC foi apresentada como alternativa de mudança da lógica vigente que origina o currículo através das avaliações e livros didáticos.

Embora os discursos sobre os conhecimentos fundamentais como segurança de direitos e arrefecimento de desigualdades, seja através do discurso de que algumas diretrizes ou bases podem gerar a qualidade que a educação precisa pode estar relacionado historicamente com o antigo discurso da educação como e equalizadora de oportunidades.

## **ESCOLA, POLITICA E CURRÍCULO**

Na arena dos debates sobre o currículo escolar, uma das manifestações mais explícita do obscurantismo é o movimento nomeado de Escola Sem Partido. Ao contrário do que defendem seus apoiadores, esse movimento não tem o objetivo de defender a escola perante prováveis ações de esforço e de transformar uma ou diversos sujeitos em benefício de determinado pretexto ou princípio, sistema de ideias ou fé político-partidário ou de sujeição ideológica.

Sua verdadeira finalidade é a concepção de uma atmosfera de censura ideológica,



ética e política dos professores, dos currículos e dos materiais pedagógicos, de sentido a se submeter a escola pública aos pareceres da concepção de mundo dos perpetuadores do conservadorismo extremista da sociedade contemporânea. Não se trata, como pensam até mesmo alguns dos críticos desse movimento, da recriminação a alguns temas com que os defensores do movimento chamados e propagados como ideologia de gênero. A tentativa de censurar a discussão de questões de gênero nas escolas públicas é apenas a faceta mais aparente de um espectro de mundo que, no contorno, se opõe à propagação do aforismo científico, do enriquecimento artístico e do pensamento filosófico. Para Duarte, 2018, o obscurantismo beligerante não é um fenômeno novo.

Em 1964, instaurou a ditadura, diversos campos representativos das forças de direita constituíram no Brasil movimentos com particularidades de obscurantismo beligerante. Atualmente esse acontecimento aponta com algumas peculiaridades, entre as quais pode-se assinalar que o mundo virtual da internet tem se mostrado um terreno fértil para agressões violentas, caluniosas e difamatórias sem qualquer fundamento na objetividade dos fatos. Sendo assim, o obscurantismo é o maior favorecido das fake news.

Hayek, Friedrich August von, 1990, todo o arsenal educativo as escolas e a imprensa, o rádio e o cinema será empregado exclusivamente para disseminar as ideias, verdadeiras ou falsas, que fortaleçam a crença na justeza das decisões tomadas pela autoridade; e toda informação que possa causar dúvidas ou hesitações será suprimida. O provável efeito sobre a lealdade do povo ao sistema torna-se o único critério para resolver se determinada informação deve ser publicada ou não.

O obscurantismo não é simplesmente desconhecimento dos fatos, eventos, realidades, ideias, quando há o desconhecimento, nós estamos buscando conhecer. O obscurantismo é a luta contra o conhecimento, luta contra a razão, ele usa todas as suas energias para atacar qualquer atitude, o obscurantismo é uma luta pela escuridão.

Um exemplo é o do ataque ao trabalho escolar como aconteceu no segundo semestre de 2018 numa cidade do interior do Estado de São Paulo, alunos do 9º ano que realizaram uma discussão sobre LGBTfobia e intolerância religiosa na sala de aula e produziram cartazes sobre os temas. Um grupo de vereadores reacionários e conservadores invadiram a escola, e um deles até mesmo arrancou o trabalho dos alunos do mural. Nos cartazes, constavam frases de repúdio à intolerância religiosa, que é cometida majoritariamente contra religiões de matrizes africanas, como “intolerância religiosa é crime de ódio” e “somos todos iguais”. Sobre a LGBTfobia, os alunos colocaram ao centro a frase “ninguém precisa ser gay para lutar contra a homofobia”. A professora que leciona língua portuguesa e que promoveu a atividade com os alunos repudiou a atitude dos vereadores e afirmou: “A escola está aqui para isso, para promover a reflexão e o debate.

Neste episódio os vereadores, foram desrespeitosos, não por querer saber o objetivo, mas a maneira brutal de arrancar os cartazes, isso é uma questão de abuso de

poder”. São esses mesmos vereadores, assim como outras figuras notórias da direita reacionária e conservadora que perpetuam ideias como o projeto Escola Sem Partido, que busca impedir debates necessários no espaço acadêmico para a construção de uma educação que esteja à serviço do livre pensamento e da emancipação das crianças e adolescentes.

As justas e necessárias reações ao obscurantismo no campo da educação escolar e, mais especificamente, no que se refere às discussões sobre o currículo escolar, correm o risco de cair na armadilha dos obscurantistas se simplesmente insistirem na necessidade da escola debater os temas que a censura reacionária quer eliminar do ambiente escolar.

Partindo da pressuposição de que o currículo é uma construção cultural mesclada por aquilo que a escola ensina nas suas disciplinas e também todas as formas de aprendizagem e habilidades que queremos que nossos alunos tenham.

Para Veiga 2002, p.7 o Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito” a autora entende ainda que o currículo não é solidificado, pelo contrário, ele foi e continua sendo construído. A reflexão sobre isso é importante, porque, conforme afirma, “a análise e a compreensão do processo de produção do conhecimento escolar ampliam a compreensão sobre as questões curriculares” O currículo não deveria ser apenas resultante de um jogo, para decidir quem tem mais poder sobre temas a serem incluídos ou eliminados, da mesma forma que não deveria ser caracterizado para acatar a demandas mercadológicas, como no caso das BNCC – Base Nacional Curricular Comum.

O currículo escolar não deve estar nos jogos de poder e permeado de atitude beligerante, um país pode ser beligerante, ser também cunhado por ele, contudo a socialização do conhecimento é um ato político, não pode ser formas de dominação e opressão, uma vez que o automatismo é o oposto de liberdade .

O aprendiz na condição de aprendiz quando é livre em aprender, por exemplo a dirigir um carro ele, é também uma forma de internalizar o conhecimento para se ter desenvoltura e fluir naturalmente, segundo a natureza, paradoxalmente os sujeitos se libertam dos mecanismos quando eles internalizam.

Quando o sujeito aprende o seu conhecimento se torna irreversível, uma vez que, a aprendizagem não é reversível. A aprendizagem quando caminha a certo ponto de desenvolvimento e elaborações linguísticas, o raciocínio crítico é imediato torna-se irreversível.

Pela lógica dialética o sujeito tem uma identidade que está em permanente transformação, não há apropriação profunda rigorosa do existente, precisa-se superar a cultura e apropriar-se do que existe, a dialética entre objetivação e subjetivação os

sujeitos objetivados na cultura e apropriados de forma criativa da história.

O desenvolvimento integral das potencialidades dos alunos e das riquezas de suas necessidades culturais e artísticas estabelece e consolida relações entre currículo escolar e acesso à liberdade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A BNCC tem caráter normativo e não precisa passar por votação no Congresso nem sanção presidencial. Porém, ela ainda precisará ser homologada pelo ministro da Educação.

A base define o conteúdo mínimo que os estudantes de ensino médio de todo o Brasil deverão aprender em sala de aula, e deve ser implementada em cada estado conforme as realidades locais. A previsão é que as mudanças estejam em vigor no início do ano letivo de 2022.

O documento, porém, foi aprovado em 04 de dezembro de 2018, após diversos protestos de professores, que eram contrários. Algumas das cinco audiências públicas previstas pelo CNE entre maio e agosto nas cinco regiões brasileiras chegaram a ser canceladas após protestos.

Segundo Eduardo Deschamp, presidente da comissão da BNCC no CNE, o documento

Aprovado permite maior flexibilidade às escolas na distribuição dos conteúdos de maior parte das disciplinas. São 04 áreas de conhecimento, sendo que português e matemática ganham destaque porque estarão nos 03 anos do ensino médio. Antes da BNCC, o Brasil não tinha currículo nacional obrigatório, e as únicas disciplinas listadas por lei como obrigatórias no três anos do ensino médio eram português matemática, artes, educação física, filosofia e sociologia.

## REFERÊNCIAS

ANPED, ABdC. Exposição de Motivos sobre a Base Nacional Comum Curricular, ANPED, ABdC, 2015.

BHABHA, H. O local da cultura. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

BALL, Stephen. (1994). Educational reform: a critical and post-structural approach. Buckingham, Open University Press.

BALL, Stephen. (2012). Global education Inc.: new policy networks and the neoliberal imaginary. New York, Routledge.

BRASIL. (1995). Lei 9.131, de 24 de novembro de 1995. Altera dispositivos da lei 4024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Edição extra. Brasília, DF, 25 nov. BRASIL. (1996). Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 134(248), p. 27833-841, 23 dez.

BRASIL. (2010). Resolução MEC/CNE 04/2010. Brasília, Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 de jul. BUTLER, Judith & ANASTASIOU, Athena.(2013). Dispossession: The performative in the political. Cambridge: Polity.

DUARTE, 2018 O **CURRÍCULO** EM TEMPOS DE OBSCURANTISMO BELIGERANTE

FOUCAULT, MICHEL. Nascimento da Biopolítica: Curso dado College de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GABRIEL, Carmem Tereza. Quando “nacional” e “comum” adjetivam o currículo da escola pública. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 9, n. 17, p. 283-297, jul./dez. 2015.

HAYKE, Friedrich August von. O caminho da servidão. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

MACEDO Elizabeth Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação LÜDKE, Menga. (1999). A profissionalização do magistério vista em duas perspectivas. Educação Brasileira, 21(42), p. 239-253. MACEDO, Elizabeth (2012). Currículo e conhecimento: aproximações entre educação e ensino. Cadernos de Pesquisa, 42(3), p. 716-737.

LIMAVERDE, Patricia. Base nacional comum: desconstrução de discursos hegemônicos sobre currículo mínimo – Revista do Instituto de Estudos Sócio- ambientais- UFG, v.5, n.1, Jan./Jun., p. 78-97, 2015, Disponível em: < <https://www.revistas.ufg.br/teri/article/download/36348/18704>> Acesso em 16 de junho de 2018.

LOPES, Alice Casimiro. (2014). Sentidos de qualidade na política de currículo (2003-2012). Educação & Realidade, 39(2), p. 337-57.

MACHADO, Roseli Belmonte; LOCKMANN, Kamila. Base Nacional Comum, Escola, Professor. Revista e-Curriculum. São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1591-1613, out./dez. 2014. Disponível em: . Acesso em: 13 novembro 2018.

MOREIRA, Antonio Flavio B. (2010). A qualidade e o currículo da educação básica brasileira. In PARAÍSO, Marlucy A. Antonio Flavio Barbosa Moreira: Pesquisador em currículo. Belo Horizonte, Autêntica. MOUFFE, C. (2003). La paradoxa democrática. Barcelona, Gedisa.

PALAFX Gabriel Humberto Muño. Análise do sentido/significado atribuído à Educação Física no documento “por uma política curricular para a educação básica - contribuição ao debate da base nacional comum a partir do direito à aprendizagem e ao desenvolvimento” do Ministério da Educação (2014). Revista Teias v. 16 • n. 41 • 223-249 • (abr./jun. - 2015): Infância, Literatura e Educação.

*PETERS, Michael. Pós-estruturalismo e filosofia da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.*

PEREIRA, Talita Vidal Pereira e OLIVEIRA, Veronica Borges de. BASE NACIONAL COMUM: A autonomia docente e o currículo único em debate. Revista Teias v. 15 • n. 39 • 24-42 • (2014) : Currículo, Políticas e Trabalho Docente

FUNDAÇÃO LEMANN, (2009). Saindo da inércia? Boletim da Educação no Brasil. São Paulo, Fundação Lemann.

Freitas, L.C., 2012. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. Educ. Soc. 33 (119), 379–404.

Peroni, V.M.V., Caetano, M.R., 2016. O público e o privado na educação – Projetos em disputa? Retratos da Escola 9 (17). Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação. In: Peroni, V.M.V. (Ed.), Liber Livro, Brasília.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-293-7



9 788572 472937